CARTA DE FLORIANÓPOLIS

Gás canalizado competitivo para o desenvolvimento do Brasil

Florianópolis, 18 de novembro de 2026.

À sociedade brasileira, às autoridades públicas, aos representantes da indústria e aos agentes do setor energético,

Reunidos na Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), por ocasião do "Workshop Gás Canalizado: competitividade e desenvolvimento para o mercado", nós, representantes do setor de distribuição de gás canalizado, apresentamos esta carta aberta para reafirmar nosso compromisso com a reindustrialização, a segurança energética e a economia de baixo carbono no Brasil.

O País vive um paradoxo. Produzimos volumes recordes de gás natural, 179 milhões de metros cúbicos por dia, mas apenas 33% desse total chega ao consumidor final. A molécula custa em torno de US$ 15 por milhão de BTU, acima da média internacional, e essa diferença é paga pela indústria brasileira em perda de competitividade.

No Sul, o paradoxo tem endereço. A região movimenta em média 4,6 milhões de metros cúbicos por dia e atende 766 indústrias, mais de 4.200 estabelecimentos comerciais e 252 mil residências, por meio de 4.200 quilômetros de redes operadas pela SCGÁS, pela Compagas e pela Sulgás. Toda essa base depende do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), que esbarra em limites de capacidade e em tarifas de transporte que encarecem o gás entregue em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Brasil tem uma oportunidade concreta de transformar a oferta crescente de gás em investimento, emprego e indústria competitiva. Para que isso aconteça, defendemos sete prioridades:

1. Eliminar os gargalos de transporte na Região Sul. "A expansão da malha deve se antecipar ao mercado, criando as condições para seu desenvolvimento e aproveitamento das novas fontes de oferta. É urgente viabilizar os investimentos da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para atender o Sul. Caso não se

concretizem, hipótese indicada em fato relevante divulgado pela própria empresa, a infraestrutura deve ser construída por outro agente, com aplicação célere do regime de autorização. O abastecimento de uma região inteira não pode ficar à espera de uma única decisão empresarial.

2. Assegurar tarifas de transporte justas e uma gestão integrada da malha. Cabe à ANP concluir a revisão tarifária do transporte e a regulamentação dos Sistemas Integrados de Escoamento (SIE) e de Processamento (SIP), garantindo que ativos cujo capital já foi recuperado não sejam novamente remunerados pelo consumidor. Essas medidas podem reduzir o custo do gás em cerca de US$ 5 por milhão de BTU. Propomos ainda uma entidade independente para coordenar a operação física e comercial da malha, organizando fluxos, capacidade ociosa e balanceamento, de modo a extrair mais do Gasbol e das demais infraestruturas.

3. Ampliar a oferta e criar concorrência gás-gás. O preço do gás nacional precisa se desvincular do Brent, a referência internacional do petróleo. Isso exige levar ao mercado interno o gás hoje reinjetado nos campos, limitando a reinjeção ao estritamente necessário para a recuperação de óleo, e acelerar o *gas release*, com acesso transparente e não discriminatório às infraestruturas de escoamento, processamento e transporte. A concorrência precisa chegar ao consumidor.

4. Consolidar os leilões de gás natural da União. A primeira experiência, em outubro de 2026, comercializou integralmente os volumes ofertados. O caminho é repetir e ampliar, com novas ofertas, mais agentes e condições competitivas de contratação.

5. Pacificar os conflitos federativos. A Constituição reserva aos Estados a competência sobre os serviços locais de gás canalizado. A interiorização das redes depende de previsibilidade para proteger os investimentos realizados e viabilizar novos. Por isso defendemos a exclusão do inciso VI do artigo 7º da Lei nº 14.134/2021, que alimenta controvérsias sobre a classificação de gasodutos e abre espaço para a reclassificação unilateral de ativos estaduais de distribuição como transporte. Esse risco atinge os contratos de concessão, o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e a modicidade tarifária.

6. Levar o gás natural e o biometano ao transporte pesado. Apoiamos a implementação dos incentivos da Lei do Combustível do Futuro e a criação de Corredores Sustentáveis, com postos de GNV nas principais rotas logísticas.

Propomos ao Ministério dos Transportes e à ANTT o uso do Programa de Sustentabilidade das concessões rodoviárias federais para estruturar esses incentivos, inclusive com redução ou isenção de pedágio. As distribuidoras do Sul já investem nessa frente, e cada caminhão que deixa o diesel importado reduz emissões e dependência externa.

7. Expandir o biometano sem comprometer a competitividade. Apoiamos o biometano como parte de uma matriz mais sustentável. As metas compulsórias de descarbonização, porém, devem ser calibradas conforme a oferta disponível, o custo dos certificados e o impacto nos preços finais, com a aplicação dos mecanismos de proteção previstos na própria lei.

Nada disso avança sem os Estados. Como poder concedente e titulares dos serviços locais de gás canalizado, são eles que protegem os contratos de concessão, conduzem a interiorização das redes e integram o gás aos polos industriais regionais. A presença do Governo de Santa Catarina e do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Minas e Energia neste encontro reforça esse compromisso. O alinhamento entre poder concedente, Executivo, Legislativo e concessionárias é o que transforma investimento em emprego, renda e arrecadação para Estados, Municípios e União.

O desafio do Brasil não é apenas ter mais gás, mas fazer com que ele chegue a quem precisa: com preço competitivo, transparência e segurança.

Esta é a agenda que apresentamos. O setor de distribuição de gás canalizado está pronto para fazer a sua parte e levar energia firme, mais limpa e competitiva a Santa Catarina, ao Sul e a todo o País.

Assinam a Carta de Florianópolis:

Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - Abegás

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Fórum Nacional de Secretários de Minas e Energias - FNSME

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC
Representando o Governo do Estado de Santa Catarina